



Prefeitura Municipal de Votorantim

“Capital do Cimento”

Estado de São Paulo

L E I N.º 2 2 5 2

Dispõe sobre remuneração dos servidores públicos da Câmara Municipal de Votorantim e dá outras providências.

CARLOS AUGUSTO PIVETTA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VOTORANTIM, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVA E ELE SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1.º A remuneração dos servidores públicos da Câmara Municipal de Votorantim será regulada por esta Lei.

Art. 2.º A organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções dos serviços da Câmara Municipal será regulada por meio de Resolução.

Art. 3.º Aplicam-se aos servidores públicos da Câmara Municipal de Votorantim as disposições do Estatuto dos Servidores Públicos do Município que não contrariarem esta Lei.

Art. 4.º Para os efeitos desta Lei considera-se:

I- Servidor Público - a pessoa legalmente investida em cargo público, regida pelo regime estatutário;

II- Cargo Público - é o conjunto de atribuições e responsabilidade criado por resolução, com denominação própria e vencimento pago pelos cofres públicos, para provimento em caráter efetivo ou em comissão;

III- Função Pública - um encargo de direção, chefia ou assessoramento, atribuído a servidor ocupante de cargo efetivo;

IV- Quadro de Pessoal - o conjunto de cargos e funções públicas que integram a estrutura organizacional da Câmara Municipal;

V- Vencimento - retribuição pecuniária básica, paga mensalmente ao servidor público, em virtude do exercício de cargo público;

VI- Remuneração - é o valor do vencimento acrescido das vantagens pecuniárias, incorporadas ou não, percebidos pelo servidor;

VII- Referência - é o indicativo da posição do servidor na escala de vencimentos representada por algarismos arábicos ou romanos;

VIII- Grau - é o desdobramento da referência destinado à evolução funcional do servidor público efetivo, indicado pelas letras "A" a "Z" do alfabeto;

IX- Padrão - é o símbolo indicativo do valor do vencimento pago ao servidor público efetivo, formado pela combinação da referência com o grau.



Prefeitura Municipal de Votorantim

“Capital do Cimento”

Estado de São Paulo

TÍTULO II DA REMUNERAÇÃO

Art. 5.º A remuneração é composta pelo vencimento e vantagens pecuniárias e será reajustada anualmente, sem distinção de índices e na mesma data estabelecida para os servidores da Prefeitura Municipal de Votorantim.

Parágrafo único. A revisão geral anual a que se refere o *caput* deste artigo será estabelecida por meio de lei.

CAPÍTULO I DOS VENCIMENTOS

Art. 6.º A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará:

- I-** a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes do Quadro de Pessoal da Câmara Municipal;
- II-** os requisitos para a investidura;
- III-** as peculiaridades dos cargos.

Parágrafo único. Os requisitos previstos nos incisos anteriores são representados por meio da referência.

Art. 7.º- Os vencimentos dos servidores públicos da Câmara Municipal estão discriminados nos Anexos I, II, III, IV e V desta Lei, da seguinte forma:

- I- Anexo I** - Quadro de Pessoal e Vencimentos dos Servidores Públicos Ocupantes de Cargos de Provimento Efetivo;
- II- Anexo II** - Quadro de Pessoal e Vencimentos dos Servidores Públicos Ocupantes de Cargos de Provimento em Comissão;
- III- Anexo III** - Das Funções de Confiança;
- IV- Anexo IV** - Tabela de Padrões de Vencimentos dos Servidores Públicos Efetivos;
- V- Anexo V** - Tabela de Padrões de Vencimentos dos Servidores Comissionados.

CAPÍTULO II DAS VANTAGENS PECUNIÁRIAS

Art. 8.º Além das vantagens pecuniárias estabelecidas no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Votorantim, poderão ser concedidas aos servidores públicos da Câmara Municipal as seguintes vantagens:

- I-** adicional de nível universitário - NU;
- II-** adicional de especialização;
- III-** gratificação pelo exercício de função de confiança;
- IV-** adicional de incorporação por designação;
- V-** gratificação de eficiência;



Prefeitura Municipal de Votorantim

“Capital do Cimento”

Estado de São Paulo

VI - gratificação especial aos membros da Comissão de Licitação;

VII - gratificação especial ao Pregoeiro e membros da Equipe de Apoio.

VIII - gratificação especial aos motoristas.

Parágrafo único. As vantagens pecuniárias previstas neste Capítulo não excluem outras vantagens instituídas aos servidores da Câmara Municipal por meio de lei.

SEÇÃO I

DO ADICIONAL DE NÍVEL UNIVERSITÁRIO

Art. 9.º O adicional de nível universitário - NU será concedido aos servidores ocupantes de cargo público de provimento em comissão e aos servidores designados para ocupar função de confiança, cujo requisito mínimo de escolaridade seja “nível superior”.

Parágrafo único. O adicional a que se refere o *caput* deste artigo será concedido no percentual de 40% (quarenta por cento), calculado sobre o vencimento do respectivo cargo em comissão ou sobre o vencimento acrescido da gratificação pelo exercício de função de confiança.

SEÇÃO II

DO ADICIONAL DE ESPECIALIZAÇÃO

Art. 10. O Adicional de Especialização será concedido aos servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo, em razão dos conhecimentos adicionais adquiridos por meio dos cursos abaixo discriminados, nos seguintes percentuais:

I - 0,5% para os servidores que concluírem cursos de qualificação profissional que, individualmente ou na somatória, atinjam carga horária mínima de 180 horas;

II - 5% para os servidores com curso de nível superior (graduação);

III - 9% para os servidores pós-graduados;

IV - 12% para os servidores com mestrado;

V - 15% para os servidores com doutorado.

§ 1.º Para efeito do inciso I deste artigo, somente serão considerados os cursos promovidos ou reconhecidos pela Mesa Diretora, mediante o cumprimento de frequência e aproveitamento mínimos previamente fixados.

§ 2.º O servidor ocupante de cargo público de provimento efetivo, designado para exercer cargo de provimento em comissão, também fará jus ao adicional disciplinado neste artigo.

§ 3.º Não fará jus ao adicional de que trata o inciso II deste artigo o servidor ocupante de cargo público de provimento efetivo cujo requisito para ingresso seja formação em nível superior.



Prefeitura Municipal de Votorantim

“Capital do Cimento”

Estado de São Paulo

§ 4.º O adicional regulado neste artigo incidirá sobre o vencimento e será não cumulativo, sendo considerado sempre o de maior valor.

SEÇÃO III DA GRATIFICAÇÃO PELO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

Art. 11. O servidor público designado para exercer função de confiança perceberá o vencimento correspondente ao seu cargo efetivo e demais vantagens pessoais, acrescido da gratificação pelo exercício de função de confiança.

Parágrafo único. A gratificação prevista no *caput* será devida enquanto o servidor permanecer na função.

Art. 12. Aplicam-se ao ocupante de função de confiança todas as vantagens previstas aos servidores efetivos ocupantes de cargos públicos de provimento em comissão.

Art. 13. Ao servidor público ocupante da função de confiança de Assessor de Controle Interno será devida gratificação no valor de 20% (vinte por cento) do vencimento do cargo efetivo que ocupa.

SEÇÃO IV ADICIONAL DE INCORPORAÇÃO POR DESIGNAÇÃO

Subseção I Da designação para cargo em comissão

Art. 14. O servidor público efetivo nomeado para exercer cargo em comissão perceberá o vencimento correspondente ao mesmo, acrescido de todas as vantagens pessoais inerentes ao seu cargo efetivo, enquanto permanecer no cargo.

§ 1.º O servidor designado nos termos do “caput” deste artigo fará jus à incorporação no vencimento de seu cargo efetivo de 0,0075 (setenta e cinco décimos de milésimos) da remuneração recebida em virtude do exercício de cargo em comissão a que estiver designado, a cada mês ou fração de mês superior a 15 (quinze dias) de efetivo exercício ininterrupto, até o limite da remuneração do respectivo cargo.

§ 2.º A incorporação de que trata o parágrafo anterior ocorrerá na forma de adicional de incorporação, compondo a remuneração correspondente ao cargo efetivo do servidor e será reajustada nas mesmas datas e percentuais em que ocorrer o reajuste de vencimentos dos cargos de provimento em comissão do funcionalismo público municipal.



Prefeitura Municipal de Votorantim

“Capital do Cimento”

Estado de São Paulo

Subseção II

Da designação para função de confiança

Art. 15. O servidor público designado para exercer função de confiança perceberá o vencimento correspondente ao cargo efetivo, acrescido da gratificação pelo exercício de função de confiança e das vantagens pessoais inerentes ao seu cargo efetivo, enquanto permanecer na função.

§ 1.º A gratificação pelo exercício de função de confiança e o respectivo adicional de nível universitário incidirá somente sobre o vencimento do cargo efetivo, não incidindo sobre o Adicional de Incorporação por Designação ou outras verbas incorporadas ao vencimento.

§ 2.º O servidor designado nos termos do *caput* deste artigo fará jus à incorporação no vencimento de seu cargo efetivo de 0,0075 (setenta e cinco milésimos) da remuneração recebida em virtude do exercício da função de confiança, a cada mês ou fração de mês superior a 15 (quinze dias) de efetivo exercício ininterrupto, até o limite da remuneração do respectivo cargo, considerando nesta a gratificação pelo exercício da função.

§ 3.º Para fins de incidência do adicional de incorporação por função de confiança, considera-se remuneração o valor correspondente ao vencimento do cargo efetivo acrescido da gratificação pelo exercício da função de confiança e do adicional de nível universitário.

§ 4.º Para efeito do parágrafo anterior, deverá ser considerado apenas o vencimento do cargo efetivo, excluindo-se o Adicional de Incorporação por Designação ou outras verbas incorporadas ao vencimento.

§ 5.º A incorporação de que trata o § 2º ocorrerá na forma adicional de incorporação por designação, compondo a remuneração correspondente ao cargo efetivo do servidor e será reajustada nas mesmas datas e percentuais em que ocorrer o reajuste de vencimentos dos cargos de provimento em comissão do funcionalismo público municipal.

SEÇÃO V

DA GRATIFICAÇÃO DE EFICIÊNCIA

Art. 16. O servidor público ocupante do cargo de provimento efetivo da Câmara Municipal de Votorantim, fará jus a uma Gratificação de Eficiência - GE, que será apurada e paga anualmente em valor a ser fixado pela Mesa Diretora, não superior ao menor vencimento previsto para o funcionalismo municipal de Votorantim, desde que cumpridos durante os últimos 12 (doze) meses, no mínimo, os seguintes requisitos:

- I- ter realizado os serviços a si atribuídos sem a necessidade de execução de horas-extras;
- II- não ter faltado justificada ou injustificadamente;
- III- deixar de utilizar mais de três faltas abonadas a que tiver direito;



Prefeitura Municipal de Votorantim

“Capital do Cimento”

Estado de São Paulo

IV - não se ausentar do trabalho por motivo de licença prevista nos incisos III, VII, VIII, XI, XIII e XIV, ou por mais de 10 (dez) dias, ininterruptos ou não, nos casos das licenças previstas nos incisos I, II, VI e IX, todos do art. 74, da Lei nº 1090/93 (Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais);

V - não ter sofrido nenhuma penalidade administrativa prevista na legislação municipal.

§ 1.º Os valores pagos a esse título não se incorporam, em nenhuma hipótese, aos vencimentos dos servidores citados no “caput” deste artigo, nem a nenhum outro tipo de gratificação, adicionais, benefícios etc.

§ 2.º A gratificação de que trata o “caput” utilizará como data base de aferição o dia 31 de dezembro de cada ano e será paga até o dia 30 de abril de cada ano.

§ 3.º Será considerado cumprido o requisito do inciso I, quando o servidor, ainda que tendo executado horas-extras, não ultrapassar o total de 100 (cem) horas/ ano.

§ 4.º Além do cumprimento do requisito do inciso I, para fazer jus à gratificação, o Setor a que pertencer o funcionário deverá respeitar o limite máximo das horas-extras fixado para o período aquisitivo correspondente, a si estipulado como meta coletiva.

§ 5.º As horas-extras realizadas por determinação e a critério do Presidente da Câmara para atender a situação imprevista, para atendimento de conveniência administrativa, ou ainda, de urgência e/ou emergência decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, não serão computadas para o fim de aferição dos requisitos mínimos para recebimento da gratificação.

SEÇÃO VI DA GRATIFICAÇÃO ESPECIAL AOS MEMBROS DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Art. 17. O servidor público designado para participar da Comissão de Licitação fará jus a uma Gratificação Especial, que será calculada sobre o vencimento, nos seguintes percentuais:

I- 20% (vinte por cento) para o servidor designado para exercer as atribuições de Presidente da Comissão de Licitação;

II- 10% (dez por cento) para o servidor designado para exercer as atribuições de membro da Comissão de Licitação.

§ 1.º A gratificação prevista no *caput* somente será devida nos meses em que iniciados os processos licitatórios em que o servidor atuar.

§ 2.º O efetivo pagamento da gratificação somente ocorrerá após o Setor de Administração de Pessoal constatar a presença do Presidente e membros em todas as reuniões da Comissão de Licitação, salvo impossibilidade de comparecimento devidamente justificada por escrito.



Prefeitura Municipal de Votorantim

“Capital do Cimento”

Estado de São Paulo

§ 3.º Para dar cumprimento ao disposto no parágrafo anterior, o Presidente da Comissão de Licitação encaminhará ao Setor de Administração de Pessoal cópias das atas das reuniões da Comissão.

Art. 18. A Gratificação Especial prevista no artigo anterior somente será devida enquanto o servidor integrar a Comissão de Licitação e não será cumulativa com a Gratificação Especial destinada ao Pregoeiro ou membros da Equipe de Apoio.

Art. 19. Os valores pagos a título de Gratificação Especial não se incorporam, em nenhuma hipótese, ao vencimento dos servidores e serão discriminados em parcela destacada.

Art. 20. Será devido o pagamento da Gratificação Especial ao membro suplente quando formalmente designado para substituição de membro efetivo, afastado por período superior a 15 (quinze) dias, nos casos de impedimentos previstos na legislação.

Parágrafo único. Somente será designado membro suplente, em substituição de membro efetivo, quando houver certame licitatório a ser realizado no período de afastamento deste.

SEÇÃO VII DA GRATIFICAÇÃO ESPECIAL AO PREGOEIRO E MEMBROS DA EQUIPE DE APOIO

Art. 21. O servidor público designado para exercer as atribuições de Pregoeiro ou membro da Equipe de Apoio fará jus a uma Gratificação Especial, que será calculada sobre o vencimento, nos seguintes percentuais:

I- 20% (vinte por cento) para o servidor designado para exercer as atribuições de Pregoeiro;

II- 10% (dez por cento) para o servidor designado para exercer as atribuições de membro da Equipe de Apoio do Pregoeiro.

§ 1.º A gratificação prevista no *caput* somente será devida nos meses em que iniciados os pregões em que o servidor atuar.

§ 2.º O efetivo pagamento da gratificação somente ocorrerá após o Setor de Administração de Pessoal constatar a presença do Pregoeiro e membros da Equipe de Apoio em todas as reuniões, salvo impossibilidade de comparecimento devidamente justificada por escrito.

§ 3.º Para dar cumprimento ao disposto no parágrafo anterior, o Pregoeiro encaminhará ao Setor de Administração de Pessoal cópias das atas das reuniões.

Art. 22. Aplicam-se à Gratificação Especial ao Pregoeiro e membros da Equipe de Apoio o disposto nos arts. 18, 19 e 20 desta Lei.



Prefeitura Municipal de Votorantim

“Capital do Cimento”

Estado de São Paulo

SEÇÃO VIII DA GRATIFICAÇÃO ESPECIAL AOS MOTORISTAS

Art. 23. O servidor público ocupante do cargo efetivo de motorista fará jus a uma gratificação especial, no valor de 30% (trinta por cento) sobre o vencimento, para a execução do serviço de entrega e retirada de documentos e mercadorias.

Parágrafo único. A gratificação prevista neste artigo não se incorporará ao vencimento e será discriminada em parcela destacada.

TÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 24. Fica extinta a gratificação instituída pelo art. 19 da Resolução nº 02/08, da Câmara Municipal.

Art. 25. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotações próprias consignadas no Orçamento.

Art. 26. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTORANTIM, em 02 de dezembro de 2.011 - XLVII ANO DE EMANCIPAÇÃO.

**CARLOS AUGUSTO PIVETTA
PREFEITO MUNICIPAL**

Publicada na Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Votorantim, na data supra.

**MÁRCIO MALAQUIAS
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO**



Prefeitura Municipal de Votorantim

“Capital do Cimento”

Estado de São Paulo

ANEXO I

QUADRO DE PESSOAL E VENCIMENTOS CARGOS PÚBLICOS DE PROVIMENTO EFETIVO

QDE	DENOMINAÇÃO	PADRÃO	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTO R\$	REQUISITOS
02	Telefonista	01 A-Z	20h	740,87	Ensino médio, experiência mínima de um ano
04	Motorista	02 A-Z	40h	933,70*	Ensino médio, com CNH, categoria "D"
10	Auxiliar Legislativo	03 A-Z	40h	1.057,91*	Ensino médio, com conhecimento em informática
01	Supervisor de Serviços	03 A-Z	40h	1.057,91*	Ensino médio completo, noções de informática e conhecimento específico na área
01	Técnico de Contabilidade	04 A-Z	40h	1.803,67	Curso Técnico em Contabilidade com registro no CRC
02	Técnico de Informática	04 A-Z	40h	1.803,67	Curso Técnico em Computação (equivalente ao ensino médio)
05	Assistente Legislativo	05 A-Z	40h	2.943,61	Ensino superior, com conhecimento da língua portuguesa e informática
01	Analista de Informática	05 A-Z	40h	2.943,61	Ensino superior na área de Tecnologia da Informação (T.I.)
02	Contador	06 A-Z	30h	2.390,32*	Ensino superior completo (graduação) em Ciências Contábeis, com registro no CRC
03	Procurador Jurídico	06 A-Z	20h	2.390,32*	Ensino superior em Direito, com registro na OAB

* Pendente de decisão judicial



Prefeitura Municipal de Votorantim

“Capital do Cimento”

Estado de São Paulo

ANEXO II

QUADRO DE PESSOAL E VENCIMENTOS CARGOS PÚBLICOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

QDE	DENOMINAÇÃO	REF.	VENCIMENTO R\$	REQUISITOS
22	Assessor Parlamentar	I	1.916,08	Ensino médio completo
01	Assessor de Gabinete	II	2.529,21	Ensino médio completo, com conhecimento de língua portuguesa e informática
01	Coordenador de Serviços de Secretaria, Expediente, Protocolo e Arquivo	III	2.669,74	Ensino médio completo e conhecimento de informática
01	Coordenador de Serviços de Compras, Patrimônio e Almoxarifado	III	2.669,74	Ensino médio completo e conhecimento de informática
01	Coordenador de Serviços de Transportes e Manutenção	III	2.669,74	Ensino médio completo, conhecimento de informática e CNH
01	Coordenador de Serviços de Informática	III	2.669,74	Ensino superior completo em informática e experiência na área
01	Coordenador de Serviços de Administração de Pessoal	III	2.669,74	Ensino médio completo e conhecimento de informática
01	Coordenador de Serviços Jurídicos	III	2.669,74	Ensino superior completo em Direito, com registro na OAB e conhecimento de informática
01	Assessor de Comunicação	IV	2.238,65*	Ensino superior em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo
01	Assessor Jurídico	V	5.057,26*	Ensino superior em Direito, com registro na OAB
01	Diretor Geral	V	5.057,26*	Ensino superior completo

* Pendente de decisão judicial.



Prefeitura Municipal de Votorantim

“Capital do Cimento”

Estado de São Paulo

ANEXO III FUNÇÕES DE CONFIANÇA

QDE	DENOMINAÇÃO	VALOR	REQUISITOS
01	Assessor de Controle Interno	20% do vencimento do servidor designado	Ensino superior completo em uma das seguintes áreas: Direito, Economia, Administração ou Ciências Contábeis



Prefeitura Municipal de Votorantim

“Capital do Cimento”

Estado de São Paulo

ANEXO IV

TABELA DE PADRÕES DE VENCIMENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS EFETIVOS						
01	A	740,87	I	924,05	Q	1.152,50
	B	761,62	J	949,91	R	1.184,77
	C	782,95	K	976,54	S	1.217,93
	D	804,89	L	1.003,87	T	1.252,04
	E	827,41	M	1.031,96	U	1.287,10
	F	850,58	N	1.060,88	V	1.323,15
	G	874,40	O	1.090,58	X	1.360,19
	H	898,89	P	1.121,12	Z	1.398,28
02	A	933,70	I	1.170,72	Q	1.470,89
	B	960,38	J	1.204,42	R	1.513,63
	C	987,79	K	1.239,23	S	1.557,68
	D	1.016,08	L	1.274,98	T	1.603,03
	E	1.045,21	M	1.311,94	U	1.649,79
	F	1.075,20	N	1.349,92	V	1.697,90
	G	1.106,10	O	1.389,03	X	1.747,45
	H	1.137,91	P	1.429,33	Z	1.798,52
03	A	1.057,9	I	1.328,01	Q	1.670,17
	B	1.088,23	J	1.366,51	R	1.718,87
	C	1.119,57	K	1.406,06	S	1.769,09
	D	1.151,79	L	1.446,94	T	1.820,79
	E	1.184,97	M	1.488,98	U	1.874,07
	F	1.219,24	N	1.532,26	V	1.928,90
	G	1.254,42	O	1.576,88	X	1.985,42
	H	1.290,67	P	1.622,84	Z	2.043,60
04	A	1.803,67	I	2.249,59	Q	2.805,73
	B	1.854,18	J	2.312,58	R	2.884,30
	C	1.906,10	K	2.377,32	S	2.965,04
	D	1.959,46	L	2.443,89	T	3.048,08
	E	2.014,34	M	2.512,32	U	3.133,42
	F	2.070,74	N	2.582,66	V	3.221,15
	G	2.128,71	O	2.654,99	X	3.311,35
	H	2.188,30	P	2.729,31	Z	3.404,07
05	A	2.943,61	I	3.671,37	Q	4.579,01
	B	3.026,02	J	3.774,15	R	4.707,18
	C	3.110,75	K	3.879,80	S	4.839,00
	D	3.197,85	L	3.988,46	T	4.974,51
	E	3.287,40	M	4.100,13	U	5.113,76
	F	3.379,42	N	4.214,94	V	5.256,97
	G	3.474,07	O	4.332,94	X	5.404,17
	H	3.571,34	P	4.454,27	Z	5.555,47



Prefeitura Municipal de Votorantim

“Capital do Cimento”

Estado de São Paulo

ANEXO IV (Continuação)

06	A	2.390,3	I	3.011,01	Q	3.797,30
	B	2.460,1	J	3.099,51	R	3.909,30
	C	2.532,0	K	3.190,52	S	4.024,69
	D	2.606,1	L	3.284,32	T	4.143,51
	E	2.682,4	M	3.380,91	U	4.265,93
	F	2.760,8	N	3.480,50	V	4.391,97
	G	2.841,8	O	3.582,96	X	4.521,82
	H	2.925,1	P	3.688,62	Z	4.655,57



Prefeitura Municipal de Votorantim

“Capital do Cimento”

Estado de São Paulo

ANEXO V

TABELA DE PADRÕES DE VENCIMENTOS DOS SERVIDORES COMISSIONADOS	
REFERÊNCIA	VALORES EM REAIS
I	R\$ 1.916,08
II	R\$ 2.529,21
III	R\$ 2.669,74
IV	R\$ 2.238,65
V	R\$ 5.057,26